



LEI ORDINÁRIA Nº 904

de 30 de outubro de 2012

"Dá nova redação a lei que instituiu o Programa de Desenvolvimento Integral de Chapadão do Sul - PRODICHAP e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º..

O Programa de Desenvolvimento Integral de Chapadão do Sul -PRODICHAP, criado pela Lei nº 242/96, de 15 de julho de 1996, e destinado ao incentivo das atividades de produção de operações industriais e comerciais do Município, passa a ser gerido pelas disposições desta lei.

Art. 2º..

Fica a Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul autorizada a alienar os bens imóveis de sua propriedade, localizados em áreas do Pólo Empresarial, bem como conceder os incentivos fiscais previstos nesta lei, a empresas individuais ou coletivas, de sociedade anônima ou de responsabilidade, que tenham por objetivo, fins industriais, agro-industriais, de prestação de serviços ou de comércio de grande porte, que vierem a se instalar naquelas áreas, ou em outras, ou, ainda, às que ampliem suas instalações de forma a aumentar a demanda de mão de obra e a arrecadação pública.

1°.

A modalidade que o Poder Executivo adotará, para alienar os lotes disponíveis, incorporados ao Pólo, é a venda, antecedida de Processo Licitatório, cujo Edital conterá os termos e condições previstos nesta lei, preço padrão e demais posturas, normas e diretrizes dos Órgãos Técnicos desta Municipalidade.

2°.

Em situações especiais indicadas pelo PRODICHAP - Programa de Desenvolvimento Integral de Chapadão do Sul e autorizadas pelo legislativo - a Prefeitura poderá doar imóveis referidos neste artigo, desde que o interessado indenize efetivamente as despesas tidas pelo Poder Público para adequar a respectiva área aos fins desta lei.

Art. 3°..

O preço de venda dos lotes será fixado no Edital de Licitação e terá suporte em laudo avaliatório firmado por Comissão Especial nomeada por ato do Prefeito para esse fim, cabendo a esse colegiado definir preços de mercado ou de custo, monetariamente corrigidos.

Parágrafo único. .

O valor da venda poderá ser parcelado em até 10 (dez) meses, em parcelas iguais e sucessivas, devendo o pagamento da primeira parcela ou o pagamento integral ocorrer até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato Administrativo.

Art. 4°..

O Contrato Administrativo, a ser firmado pela Municipalidade e por representante legal da empresa beneficiária definida na licitação, conterá a promessa de entrega definitiva do imóvel, mediante escritura pública, uma vez cumpridas às seguintes obrigações pelo outorgado, bem como estas outras disposições:

I .

início da construção no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após aprovação do respectivo projeto pelo Conselho do PRODICHAP, devendo obedecer um padrão exequível proporcionando aspecto condizente com a área doada ou cedida, com a localização e, sobretudo com o desenvolvimento do município;

II.

conclusão integral prevista no projeto aprovado e início das atividades no prazo máximo de 12 (doze) meses, cujas comprovações deverão ser efetuadas através da apresentação de certidão de conclusão de obras e alvará de funcionamento fornecidos pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul e alteração contratual vinculada à mudança de endereço registrada na Junta Comercial do Estado.

III .

cumprir todas as normas que emanarem do Município de Chapadão do Sul.

1°.

Os prazos para início e conclusão das obras serão contados a partir da data da assinatura do Contrato Administrativo, podendo, excepcionalmente, mediante justificativa do adquirente e a critério exclusivo da municipalidade ser acrescidos de até mais 12 (doze) meses.

2°.

O beneficiário que estiver em pleno funcionamento e efetuar o pagamento de suas parcelas em dia terá após a sexta parcela, a quitação das parcelas restantes independente de qualquer outro pagamento.

3°.

Cumpridas todas as obrigações, a Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul outorgará escritura pública definitiva de venda e compra, cabendo a empresa beneficiária arcar com todas as despesas decorrentes.

4°.

O descumprimento de quaisquer obrigações especificadas, a inadimplência por três meses das parcelas, a descaracterização das atividades da empresa, a locação a terceiros ou outra anormalidade que comprometa os objetivos da presente lei implicarão na reversão do imóvel ao patrimônio público, para novos desdobramentos licitatórios.

5°.

A transferência da posse do lote licitado para terceiros poderá ser efetuada somente após o cumprimento das condições.

Art. 5°..

Para consecução dos objetivos desta lei, fica criado o Conselho Diretor do Programa de Desenvolvimento Integral de Chapadão do Sul - PRODICHAP - como órgão de assessoramento direto ao Executivo e a quem incumbe o planejamento, direção e execução do Programa criado pela Lei nº 242/96 e suas alterações.

1°. *O Conselho Diretor será composto por 10 (dez) membros, a saber:*

a).

um representante da Câmara Municipal, indicado pela Mesa Diretora;

b).

um representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Chapadão do Sul;

c). *um representante indicado pelo Sindicato Rural de Chapadão do Sul;*

d). *dois membros de livre nomeação do Prefeito Municipal;*

e).

três Representantes de Clubes de Serviços;

f).

um representante da Associação dos Engenheiros Civis, Arquitetos e Agrônomos;

g).

um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) local.

2°.

O Conselho Diretor do PRODICHAP terá um presidente eleito, dentre os membros que o compõem.

3°.

O mandato do membro do Conselho Diretor do PRODICHAP terá caráter cívico, gratuito e de serviço relevante e será renovado no início do mandato do Prefeito Municipal, permanecendo os conselheiros no exercício de suas funções até a posse dos eleitos.

Art. 6°..

Ao Conselho Diretor do PRODICHAP compete, dentre outras funções que lhe for atribuída ao Prefeito Municipal, examinar na ordem cronológica da apresentação, os pedidos de habilitação para participação do processo licitatório e demais favores concedidos por esta lei, elaborando parecer conclusivo em cada caso, dentro de (90) noventa dias, para apreciação e julgamento pelo Chefe do Poder Executivo

Art. 7°..

O Conselho Diretor do PRODICHAP reger-se-á pelo disposto nesta Lei e pelo regimento interno que baixará após sua constituição.

Art. 8°..

Os interessados na obtenção dos favores de que trata esta Lei apresentarão o plano de instalação, ou de ampliação ou de transferência de sua empresa, especificando os benefícios solicitados, através de requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, instruído com os seguintes documentos:

I . Quando se tratar de pessoa jurídica:

a).

fotocópia dos atos constitutivos e posteriores alterações arquivadas no Registro do Comércio;

b).

certidão negativa de débitos fiscais e trabalhistas ou de regularidade de situação;

c).

comprovação da idoneidade financeira do empreendimento ou estudo de sua viabilidade técnica-econômica;

d).

croqui das edificações planejadas e plano de expansão e a respectiva área desejada;

e).

especificação do tipo de exploração, itens comercializados ou fabricados;

II. *Quando se tratar de pessoa física:*

a). *documentos pessoais, Carteira de Identidade e CPF;*

b).

certidão negativa de protestos, de distribuição civil e criminal, referente aos últimos 05 (cinco) anos;

c) .

os documentos e as informações referidas nas letras "b", "c", "d" e "e" do inciso anterior.

Parágrafo único. .

Aprovado o pedido, a pessoa física deverá providenciar dentro de 60 (sessenta) dias a efetiva constituição da empresa coletiva ou firma individual, juntando ao pedido de habilitação a prova do arquivamento do ato constitutivo no Registro do Comércio.

Art. 9º..

Ficarão isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, de Impostos sobre Transmissão de Bens Imóveis e Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, as empresas que obtiverem os favores desta lei, para as atividades industriais, agro-industriais, de prestação de serviço ou comercial, pelo prazo de:

a) . *de 03 (três) anos, quando gerarem até 05 (cinco) novos empregos;*

b).

de 05 (cinco) anos, quando gerarem de 6 (seis) a 10 (dez) novos empregos;

c).

06 (seis) anos, quando gerarem de 11 (onze) a 20 (vinte) novos empregos;

d). *07 (sete) anos, quando gerarem de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) novos empregos;*

e) .

08 (oito) anos, quando gerarem de 31 (trinta e um) a 40 (quarenta) novos empregos;

f).

09 (nove) anos, quando gerarem de 41 (quarenta e um) a 50 (cinquenta) novos empregos;

g).

10 (dez) anos, quando gerarem acima de 51 (cinquenta e um) novos empregos.

Parágrafo único. .

A isenção de que trata este artigo é anual e deverá ser renovada anualmente, mediante a prova do número exato de empregados no ano anterior, levada em consideração a média mensal dos efetivamente empregados.

Art. 10.

Além dos benefícios fiscais previstos no artigo anterior, as empresas individuais ou coletivas, que tiverem seus processos aprovados pelo Conselho Diretor do PRODICHAP e homologados pelo Prefeito Municipal, poderão gozar dos seguintes incentivos iniciais:

a) .

isenção de taxas e ou emolumentos pela aprovação do projeto ou projetos de construção, alvará de construção e habite-se;

b).

serviço de locação, terraplanagem, aterro e desaterro e, em casos, específicos, construção de lagoas para tratamento de efluentes ou outros serviços prestados pelo equipamento rodoviário municipal, desde que o atendimento implique em interesse público relevante;

c). *assessoria na busca de linhas de crédito;*

d). *iniciação empresarial e treinamento para dirigente;*

e).

ursos de formação de mão-de-obra qualificada mediante convênio com entidades públicas ou privadas promotoras desses eventos,

f). *aluguel de prédios ou terrenos.*

Art. 11.

As empresas, independentemente de sua localização ou no tocante à ecologia e meio ambiente, evitarão qualquer forma de poluição ambiental, principalmente nos rios, córregos, lagos ou lagoas, sujeitando-se a todas as normas da legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 12.

Anualmente serão fixadas dotações orçamentárias para a continuidade do PRODICHAP.

Art. 13.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 575, de 05 de julho de 2006.

JOCELITO BRUK.Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 904/2012 - 30 de outubro de 2012

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em